

# Fazenda apostava em avanço de agenda regulatória no Congresso

Após foco em fiscal, pasta prioriza pautas para melhorar ambiente de negócios, mas especialistas alertam que Orçamento ainda é desafio em ano eleitoral

Por Giordanna Neves — De Brasília

05/01/2026 05h01 · Atualizado há 8 horas

Após concentrar esforços nos últimos anos em projetos de aumento de arrecadação para fechar as contas públicas e viabilizar o cumprimento das metas fiscais, o Ministério da Fazenda deve apostar em uma agenda regulatória em 2026, com propostas voltadas à promoção de concorrência justa nos mercados e ao endurecimento do combate ao crime organizado no ambiente econômico. Economistas consultados pelo **Valor** ponderam, por outro lado, que dificilmente a equipe econômica terá como deixar a execução orçamentária de curto prazo em segundo plano, assim como baixar a guarda em relação ao risco de o Congresso aprovar pautas-bomba no ano eleitoral.

Embora parte dessa agenda já figurasse entre as prioridades da pasta nos últimos meses e anos, houve pouco espaço para avançar nos projetos em meio à concentração quase exclusiva nas medidas de recomposição de receitas. Em um contexto de relação difícil com o Congresso, a Fazenda precisou hierarquizar temas considerados mais urgentes, o que acabou deixando propostas regulatórias em segundo plano.

Esses projetos vinham sendo conduzidos sobretudo pelo secretário de Reformas Econômicas, Marcos Pinto, que já anunciou que deixará o cargo no início de 2026. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, também deixará o posto, mas a expectativa é de que a dinâmica de trabalho e as prioridades da equipe sejam mantidas, em linha com a orientação atual.

Entre as prioridades dessa agenda estão o projeto que propõe regular a concorrência das "big techs" no Brasil; a proposta de aprimoramento do instituto da falência de empresas; o projeto que trata das instituições operadoras de infraestruturas do mercado financeiro; a iniciativa sobre resolução bancária; as propostas de Economia Circular e de proteção a acionistas minoritários; a nova Lei de Concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs); e o projeto que estabelece normas gerais para a regulação, fiscalização e controle do comércio exterior de mercadorias.

Além dos temas regulatórios que já estavam na fila, o endurecimento do combate ao crime organizado deve ganhar força. Uma das principais apostas nessa frente é o projeto de lei antifacção, que foi aprovado no Senado e está pendente de análise na Câmara. O tema vem ganhando escala dentro da Fazenda, impulsionado por operações recorrentes da Receita Federal voltadas ao enfrentamento de ilícitos econômicos.

## 14 propostas da Fazenda

### Agenda de projetos 2026

#### Projeto a ser enviado

**Imposto Seletivo - Projeto de lei que define as alíquotas do tributo criado pela reforma do consumo**

#### Tecnologia e economia digital

**IA e Data Centers - PL 2338/23**

**e MP 1318/25**

**Concorrência Digital (Big Techs) - PL 4675/25**

#### Relações de trabalho

**Escala 6x1 - PL 67/25**

**(agenda do Planalto; Fazenda acompanha)**

**Motoristas de aplicativo - PLP 152/25**

#### Sistema financeiro

**Resolução bancária - PLP 281/19**

**Infraestrutura do mercado financeiro - PL 2926/23**

#### Ambiente de negócios

**Falências - PL 3/24**

**Nova Lei de Concessões e PPPs - PL 2373/25**

**Economia circular e proteção a acionistas minoritários - PL 5662/25**

#### Comércio exterior

**Regime aduaneiro - PL 4423/24**

#### Combate ao crime organizado

**Lei Antifacção - PL 5582/25**

#### Gestão pública

**Reestruturação de carreiras - PL 6170/25**

**(agenda liderada pelo MGI; Fazenda acompanha)**

**Fonte: Apuração do Valor**

Esse movimento também foi reforçado pela entrada dos Estados Unidos no debate. Haddad já afirmou que o governo americano demonstrou interesse em cooperar com o Brasil em operações de combate à lavagem de dinheiro e, por consequência, ao crime organizado. A intenção é avançar na construção de um acordo de cooperação bilateral para coibir a lavagem de dinheiro por meio de paraísos fiscais e frear a entrada de armas ilegais enviadas do EUA ao Brasil.

Todos esses projetos já estão em tramitação no Congresso. Além deles, a Fazenda pretende enviar este ano um texto para definir as alíquotas do Imposto Seletivo, criado pela reforma tributária do consumo e com entrada em vigor prevista para 2027.

Mesmo sendo acreditam que a tramitação dessas matérias no Congresso não deve enfrentar grandes obstáculos. Segundo esses interlocutores, tratam-se de pautas menos difíceis do que outras já enfrentadas pelo governo, como a revisão de gastos tributários ou o projeto de ampliação da isenção do Imposto de Renda - que geraram forte debate parlamentar. A avaliação é de que a aprovação sinalizaria, inclusive, que o Legislativo segue trabalhando mesmo em um ano de eleições.

Por outro lado, o economista-chefe da Warren Investimentos, Felipe Salto, não vê espaço para o avanço dessas propostas em um ano eleitoral. Segundo ele, são agendas complexas, que exigem negociação política e trabalho técnico. "Não vejo tanto espaço em um ano eleitoral, sobretudo porque a prioridade da área econômica terá de ser a entrega de resultados fiscais mínimos, além de segurar bombas que sempre surgem em ano eleitoral", ponderou.

Na avaliação do economista João Leme, da Tendências Consultoria, embora essas propostas regulatórias tenham relevância, a situação fiscal não permite ao governo a tranquilidade necessária para deixar a execução orçamentária de curto prazo em segundo plano para se concentrar nessas agendas. "O Orçamento está longe de ser a entrega de resultados fiscais mínimos, além de segurar bombas que sempre

surgem em ano eleitoral", afirmou. "O governo não vai conseguir focar só em passar essa agenda mais positiva. Eu acho que a situação é um pouco mais frágil do que a vista fiscal. Será necessário ter um olho no gato. Ele vai precisar também focar em fechar o ano dentro da meta que ele se propôs", acrescentou. A meta para 2026 é de um superávit de 0,25% do PIB, com um intervalo de tolerância de 0,25 ponto percentual para cima e para baixo.

Para o economista-chefe da MB Associados, Sérgio Vale, por se tratar de um ano eleitoral, o governo não deve encontrar espaço político para avançar em medidas de aumento de receita ou de contenção de gastos.

Nesse contexto, o ajuste necessário para o cumprimento da meta fiscal tende a passar por cortes no Orçamento. Diantre dessas limitações, ele avalia que o governo buscará avançar na agenda microeconômica. "O

que sobra para 2026 são questões regulatórias, sendo a mais discutível a escala 6x1 que, como tem apelo eleitoral para Executivo e Congresso, pode avançar", disse. Especialistas e empresários tem alertado que o fim da escala 6x1 pode gerar prejuízos à produtividade e à atividade econômica.

Vale afirma concordar que seria interessante que o governo avançasse em pautas voltadas ao ambiente de negócios, como a nova Lei de Falências e o projeto de concessões.

"Não tem repercussão fiscal, mas incorpora um potencial de ambiente regulatório melhor se houver avanços nessa área. Mas não dá para garantir que, em ano eleitoral e com um espaço legislativo tão curto, o governo consiga fazer as melhores opções. Pode acabar ficando na escala 6x1 e no imposto seletivo que tem prazos específicos por causa do andamento da reforma tributária", disse.